



SECRETARIA DE  
LICITAÇÕES E  
PLANEJAMENTO

*Comissão Permanente de Pregão I*

Processo Licitatório nº 22.829/2023, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA, REFERENTE À LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA ÚNICA PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO, COMPREENDENDO (1) PARQUÍMETROS MULTIVAGA E MULTISSERVIÇO; (2) APLICATIVO PARA SMARTPHONE – MÓDULO USUÁRIO, (3) PORTAL “WEB”, (4) TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO PARA PONTO DE VENDA (PDV), (5) FISCALIZAÇÃO EMBARCADA VEICULAR COM CÂMERAS E LEITURA DE PLACAS, (6) SOFTWARE DE FISCALIZAÇÃO MANUAL DE USO DE VAGAS, (7) SOFTWARE INTEGRADOR DE GESTÃO, E (8) DEMAIS EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E SUPORTE À OPERAÇÃO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE NOVA FRIBURGO/RJ, pelo período de 05 (cinco) anos.**

Trata-se o presente processo de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **MOBITT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.415.375/0001-12, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, por intermédio de seu representante legal, **INTEMPESTIVAMENTE**, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025.

## **I. DO RELATÓRIO**

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra as especificações técnicas do Termo de Referência, ao alegar que:

- a. O acolhimento da presente impugnação, nos termos do art. 41, §2º da Lei nº 14.133/2021;



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão I*

- b. A alteração do item 19.10 do edital, para que a exigência de registro no CREA ou CAU recaia exclusivamente sobre o Responsável Técnico indicado pela licitante, e não sobre a empresa;
- c. A adequação do item 19.11, caso mantido, para referir-se ao visto profissional do responsável técnico, e não da pessoa jurídica;
- d. Caso já tenham sido publicados os esclarecimentos ou vencido o prazo de impugnação, que a autoridade superior examine de ofício a ilegalidade apontada, conforme permite a legislação e jurisprudência administrativa.
- e. Por fim, requer-se a publicação da resposta à presente impugnação e, se for o caso, a readequação do edital e a prorrogação dos prazos, para assegurar a ampla participação e a legalidade do procedimento.

**II. DA ANÁLISE**

Com base no artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/202, no subitem 19.10 e 19.11 do Edital, e com base em nota técnica solicitada à Secretaria solicitante anexada à esta resposta, informo a seguinte análise dos pontos de que trata esta solicitação de impugnação.

A impugnação apresentada é intempestiva, uma vez que foi protocolada (seg., 5 de mai. de 2025 às 17:51), com prazo mínimo menor que o previsto na [Lei nº 14.133, de 2021](#), de até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame. Conforme previsto no edital em seu item:

"22.1 -Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão I*

2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame."

A licitação tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA, REFERENTE À LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA ÚNICA PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO, COMPREENDENDO (1) PARQUÍMETROS MULTIVAGA E MULTISSERVIÇO; (2) APLICATIVO PARA SMARTPHONE – MÓDULO USUÁRIO, (3) PORTAL "WEB", (4) TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO PARA PONTO DE VENDA (PDV), (5) FISCALIZAÇÃO EMBARCADA VEICULAR COM CÂMERAS E LEITURA DE PLACAS, (6) SOFTWARE DE FISCALIZAÇÃO MANUAL DE USO DE VAGAS, (7) SOFTWARE INTEGRADOR DE GESTÃO, E (8) DEMAIS EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E SUPORTE À OPERAÇÃO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE NOVA FRIBURGO/RJ, pelo período de 05 (cinco) anos.

O Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência apresentados especificam os serviços, caracterizando as atividades como a apresentação de projetos de sinalização viária, instalação de equipamentos, implantação de sistemas de controle e automação (aplicativos integrados, infraestrutura de TI e telecomunicações), manutenção, fornecimento e utilização de sistemas tecnológicos complexos que envolvam a expertise de profissionais registrados no CREA.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão I*

**IV. DA DECISÃO**

Isto posto, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiado pela manifestação da secretaria requisitante as fls. 9 a 11, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **MOBITT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA**, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**.

Nova Friburgo, 06 de maio de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro - Comissão Permanente de Pregão I  
Matrícula nº 206.934



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A   D E  
M O B I L I D A D E   E  
U R B A N I S M O

### NOTA TÉCNICA

**Assunto:** Esclarecimento técnico sobre a natureza das atividades relacionadas ao serviço de gestão do estacionamento rotativo – Pregão Eletrônico nº 90.041/2025.

**Origem:** Secretaria de Mobilidade e Urbanismo

**Interessado:** Comissão de Licitação / Pregoeiro Municipal

Esta Nota Técnica tem por finalidade esclarecer os aspectos técnicos que envolvem a contratação dos serviços de mobilidade urbana, com foco na implantação, operação e manutenção de sistema de gestão de estacionamento rotativo pago em vias públicas, objeto do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, notadamente no que diz respeito à necessidade de registro profissional da empresa contratada junto ao CREA/CAU.

O Edital em referência prevê a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mobilidade urbana por meio de uma plataforma integrada de gestão do estacionamento rotativo, que compreende, entre outros elementos:

- Instalação, operação e manutenção de parquímetros multivaga e multisserviço;
- Implantação de terminais de autoatendimento;
- Execução de fiscalização embarcada veicular com câmeras e leitura de placas;
- Fornecimento de softwares de controle e fiscalização;
- Instalação e integração de equipamentos de suporte em área pública;
- Infraestrutura para rede de comunicação e energia associada aos sistemas implantados.

Embora a solução licitada envolva componentes tecnológicos e digitais, a execução prática do serviço exige a realização de atividades técnicas diretamente vinculadas à engenharia, especialmente nas áreas de engenharia elétrica, engenharia de telecomunicações, engenharia de computação, engenharia civil e engenharia de transportes.



---

Dentre essas atividades, destacam-se:

1. Elaboração de projeto técnico executivo de instalação dos equipamentos nas vias públicas, respeitando normas de acessibilidade, sinalização viária e segurança operacional;
2. Execução de infraestrutura elétrica e lógica para interligação dos dispositivos (parquímetros, sensores, câmeras, etc.);
3. Fixação e ancoragem de equipamentos ao solo urbano, com possível intervenção em calçadas, postes ou mobiliário público;
4. Intervenções em pavimentação ou mobiliário urbano, inclusive com utilização de ferramentas e métodos técnicos próprios da engenharia civil;
5. Monitoramento técnico da operação por meio de sistemas integrados, exigindo atuação de profissionais capacitados na engenharia de computação ou automação.

A execução segura, eficiente e tecnicamente adequada desses serviços pressupõe a atuação de profissional legalmente habilitado e a vinculação da empresa ao conselho profissional competente, nos termos da Lei Federal nº 5.194/1966 e das resoluções do CONFEA/CREA.

A Secretaria de Mobilidade e Urbanismo entende que a prestação dos serviços previstos no edital em apreço não pode ser realizada de maneira regular sem a interveniência de atividade técnica de engenharia. Portanto, considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 59 da Lei nº 5.194/1966, é plenamente justificada a exigência de que a empresa contratada esteja regularmente registrada no CREA ou CAU, conforme o caso.

Tal exigência não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária para garantir a regularidade e a responsabilidade técnica na execução dos serviços, além de permitir a atuação fiscalizatória dos respectivos conselhos profissionais, conforme determina o ordenamento jurídico.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A   D E  
M O B I L I D A D E   E  
U R B A N I S M O

---

À luz das competências técnicas exigidas para a prestação do serviço e da legislação aplicável, esta Secretaria manifesta-se pela manutenção da exigência constante dos itens 19.10 e 19.11 do edital, quanto ao registro da empresa proponente no CREA ou CAU.

Nova Friburgo, 06 de maio de 2025.

**LUIZ FILIPE IAGGI LAGINESTRA**  
Secretário de Mobilidade e Urbanismo  
Mat.: 63.785



**AO(À) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ**

**UASG 985867**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.041/2025**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA – PLATAFORMA DE GESTÃO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO

**MOBITT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.415.375/0001-12, com sede na Alameda das Quaresmas, nº 30, Bairro São Luiz, Belo Horizonte/MG, CEP 31.275-210, neste ato representada por sua sócia administradora, Sra. ANGELA ROSA PEREIRA VIANA, brasileira, solteira, empresária, nascida em 23/09/1963, portadora da cédula de identidade nº 16.978.448-4 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 127.075.808-05, por sua representante legal que esta subscreve, vem, com fulcro no art. 41, §2º da Lei nº 14.133/2021, apresentar

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

em face do **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ: 28.606.630/0001-23, sediado na Av. Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo, RJ, o que faz nos seguintes termos:

**I. DOS FATOS**

Tornou-se público o Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, com data da sessão pública para o dia 07/05/2025 às 10h, cujo objeto é a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA, REFERENTE À LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA ÚNICA PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO, COMPREENDENDO (1) PARQUÍMETROS MULTIVAGA E MULTISSERVIÇO; (2) APLICATIVO PARA SMARTPHONE – MÓDULO USUÁRIO, (3) PORTAL “WEB”, (4) TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO PARA PONTO DE VENDA (PDV), (5) FISCALIZAÇÃO EMBARCADA VEICULAR COM CÂMERAS E LEITURA DE PLACAS, (6) SOFTWARE DE FISCALIZAÇÃO MANUAL DE USO DE VAGAS, (7) SOFTWARE INTEGRADOR DE GESTÃO, E (8) DEMAIS EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E SUPORTE À OPERAÇÃO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE NOVA FRIBURGO/RJ, pelo período de 05 (cinco) anos.”.



Conforme é cediço, o edital em comento deve obedecer rigorosamente a todos os princípios administrativos, e em especial os princípios específicos e inerentes as compras públicas, para assim cumprir com o seu objetivo principal, que é “a contratação da oferta mais vantajosa, sempre obedecendo os requisitos mínimos”.

Nesse sentido, os princípios que regem as licitações públicas vêm insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na busca da proposta mais vantajosa.

Ocorre que, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o certame, conforme passa a demonstrar.

## II. DO REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, promovido por essa Administração, estabelece nos itens 19.10 e 19.11, como exigência de habilitação técnica, a apresentação de **certidão de registro ou inscrição da empresa no CREA ou CAU**, com validade na data de abertura dos envelopes de habilitação.

**19.10** Certidão de **registro ou inscrição da empresa** proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - **CREA** ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, com validade na data de abertura dos envelopes de habilitação, onde conste a **área de atuação compatível com a execução dos serviços objeto deste Edital**, emitida pelo CREA ou CAU da jurisdição da proponente.

**19.11** Em se tratando de empresa não registrada no CREA ou CAU do Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar o registro do CREA ou CAU do estado de origem. Caso a mesma seja declarada vencedora desta licitação, ficará obrigada a apresentar o visto do CREA ou do CAU do Estado do Rio de Janeiro antes da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.

Todavia, a exigência editalícia em comento revela-se **indevida, desproporcional e juridicamente insustentável**, além de configurar **restrição indevida à competitividade**, em afronta direta aos princípios da legalidade, isonomia e ampla competitividade previstos no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A cláusula é contraditória e inaplicável à realidade do objeto licitado, uma vez que este envolve atividades voltadas à **mobilidade urbana, gestão de estacionamento rotativo e fornecimento de software e tecnologia**, áreas cujo desempenho não é privativo de profissionais registrados junto ao CREA ou ao CAU.

A imposição simultânea das seguintes condições torna-se, portanto, **inconciliável** e de **cumprimento inviável**:

- a) Que a empresa seja especializada em mobilidade urbana, tecnologia, software e gestão de estacionamentos rotativos; e
- b) Que ao mesmo tempo esteja registrada em conselho profissional cuja jurisdição alcança apenas atividades técnicas relacionadas à engenharia, agronomia, geologia e áreas correlatas.

Tal exigência desconsidera a natureza administrativa, operacional e tecnológica do objeto, e **impõe uma limitação contraditória e desarrazoada**, que compromete a participação de empresas legalmente habilitadas e capacitadas, restringindo indevidamente o universo de concorrentes e, por consequência, **afetando a eficiência da contratação pública**.

A sua manutenção, portanto, deve ser repelida, por afrontar os princípios norteadores das licitações e contrariar entendimentos consolidados dos tribunais de contas e da jurisprudência pátria, conforme será demonstrado nos tópicos seguintes.

### ***II. 1. Da Inadequação da Exigência em Razão do Objeto***

O objeto da presente licitação consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mobilidade urbana, envolvendo a locação e manutenção de uma plataforma integrada de gestão de estacionamento rotativo, abrangendo, entre outros elementos:

- Parquímetros multivaga e multisserviço;
- Aplicativo para smartphone;
- Portal Web;
- Terminal de autoatendimento;
- Soluções de fiscalização embarcada;
- Software de fiscalização manual;
- Software integrador de gestão;
- Equipamentos e suporte à operação.

Verifica-se, assim, tratar-se de objeto de natureza **essencialmente tecnológica, operacional e logística**, cujo foco principal é o fornecimento de **sistemas digitais integrados e suporte técnico especializado**, não se caracterizando como obra ou serviço típico de engenharia, tampouco como projeto técnico que justifique, sob a ótica legal, a exigência de registro da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

## **II. I. Da Ausência de Registro Pelo CREA de Empresas do Ramo de Estacionamento Rotativo**

Além de **não haver pertinência técnica** na exigência de que a empresa licitante possua registro em conselho profissional vinculado a atividades de engenharia — **considerando que o objeto licitado envolve mobilidade urbana, tecnologia e desenvolvimento de software** — é notório que o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) dispõe expressamente sobre os casos em que o registro DA EMPRESA é obrigatório.

De acordo com as normas do Sistema CONFEA/CREA, o registro é devido **apenas às empresas que exerçam atividades técnicas diretamente relacionadas às profissões por ele regulamentadas**, conforme listagem de **Códigos Nacionais de Atividade Econômica (CNAEs)** definidos pelo próprio órgão:



The screenshot shows the CREA-SP website. The browser address bar displays 'creasp.org.br/perguntas-frequentes/empresa/'. The website header includes navigation links like 'IR PARA CONTEÚDO', 'IR PARA MENU', 'IR PARA BUSCA', and 'IR PARA RODAPÉ'. The main navigation bar contains 'INSTITUCIONAL', 'SOCIEDADE', 'ENTIDADES DE CLASSE', 'FISCALIZAÇÃO', 'COMUNICAÇÃO', 'SERVIÇOS', and 'DEFESA AUTO DE INFRAÇÃO'. The 'SERVIÇOS' tab is active. Below the navigation bar, the page title is 'Empresa'. The main content area is titled 'Que tipo de empresa precisa ter o registro no CREA-SP ?'. The text explains that according to Lei 5194/66, art. 59, companies must register with CREA-SP to execute works or services. It also mentions Resolução 1121/19, art. 3º, which states that registration is mandatory for legal entities that perform basic or effective services for third parties involving the exercise of professions regulated by the CONFEA/CREA system. A link is provided to check the list of CNAEs that require registration.

<sup>1</sup> <https://www.creasp.org.br/perguntas-frequentes/empresa/>

Ao se analisar a **listagem oficial disponibilizada pelo próprio serviço público federal, constata-se que não há previsão de registro no CREA para empresas cujo ramo de atividade principal esteja relacionado a estacionamento rotativo, mobilidade urbana, desenvolvimento de software ou serviços correlatos**. Isso porque o CREA não realiza o registro institucional de pessoas jurídicas cuja atuação não esteja diretamente vinculada às áreas técnicas por ele regulamentadas, como engenharia, agronomia, geologia e similares.

Cumprido destacar, ainda, que o próprio Conselho, por meio de suas unidades regionais, já se manifestou no sentido de que o registro somente é exigível para empresas que efetivamente executem atividades técnicas típicas de engenharia. Tal exigência, portanto, não alcança prestadoras de serviços voltadas à operação de plataformas tecnológicas de gestão urbana, como no caso do objeto licitado.

Dessa forma, condicionar a habilitação de empresas especializadas em soluções digitais integradas e locação de equipamentos urbanos ao registro no CREA configura exigência desarrazoada, carente de amparo técnico e jurídico, além de representar restrição indevida à competitividade do certame, em afronta aos princípios que regem a licitação pública.

### **II. III. Da Exigência Correta: Registro do Responsável Técnico**

É juridicamente legítima e tecnicamente adequada a exigência de que a empresa licitante apresente, quando aplicável, **profissional legalmente habilitado para assumir a responsabilidade técnica por eventuais atividades de natureza tipicamente técnica ou de engenharia eventualmente envolvidas na execução contratual** — como, por exemplo, a instalação de parquímetros, sensores ou outros equipamentos que demandem conhecimentos específicos da engenharia.

Nesses casos, é plenamente cabível a exigência de que o **profissional** indicado pela empresa possua:

- I. Registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);
- II. Vínculo formal e comprovado com a empresa proponente.

**Importante destacar que é a habilitação do profissional individual — e não da empresa — que assegura a devida fiscalização e responsabilidade técnica pelas atividades técnicas eventualmente executadas.**

Assim, quando a atividade principal da empresa não se enquadra nas áreas técnicas regulamentadas pelo sistema CONFEA/CREA, não há fundamento legal para exigir o registro institucional da empresa junto ao CREA, apenas do profissional.

Trata-se, portanto, de distinção essencial entre o registro do profissional responsável (quando necessário) e o registro da empresa, que apenas se impõe nos casos em que a atividade-fim da pessoa jurídica está diretamente ligada às profissões fiscalizadas pelo referido Conselho.

Cumprido ressaltar que a exigência de registro da empresa licitante junto ao CREA, além de juridicamente indevida, mostra-se **tecnicamente contraditória e, na prática, impossível de ser atendida por empresas do ramo de estacionamento rotativo, mobilidade urbana, software e tecnologia** — segmentos estes que, conforme já amplamente demonstrado, não se enquadram entre as atividades-fim fiscalizadas pelo CREA.

O próprio Conselho, inclusive, limita seu escopo de registro institucional a empresas cuja atividade principal esteja diretamente relacionada às áreas técnicas da engenharia, agronomia, geologia e similares, o que não abrange, de forma alguma, empresas cujo objeto social esteja centrado em gestão tecnológica e operação de plataformas urbanas inteligentes.

Logo, exigir o registro da empresa em um órgão que sequer contempla tal ramo de atividade implica impor uma condição de qualificação técnica que, por sua própria natureza, é inatingível — ferindo, assim, os princípios da razoabilidade, da legalidade e da isonomia previstos no art. 5º da Constituição Federal e no art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, sendo o objeto da licitação voltado a soluções de mobilidade urbana com suporte tecnológico — tais como sistemas integrados, softwares de gestão e equipamentos de monitoramento —, **a exigência de qualificação técnica com relação ao registro em órgão competente deve recair sobre o profissional responsável técnico vinculado à empresa, e não sobre a pessoa jurídica em si.** É o responsável técnico quem deve possuir habilitação legal perante o CREA e vínculo contratual comprovado com a empresa proponente, conforme determina a lei de licitações.

Cabe à empresa, por sua vez, comprovar sua aptidão para desempenho do objeto por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por entes públicos ou privados, nos termos da lei. Não se pode confundir o dever de demonstrar experiência com a exigência de estar inscrita em **conselho de classe cuja atribuição não alcança sua atividade principal.**

Portanto, manter a exigência de registro institucional da empresa no CREA significa, na prática, restringir indevidamente a participação de um amplo universo de empresas tecnicamente capacitadas e plenamente aptas a executar o objeto contratual, afrontando o princípio da competitividade, previsto no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e no art. 5º, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

Deste modo, com toda vênia, reforça-se que **a exigência correta e legalmente admissível é o registro do profissional responsável técnico, e não da empresa licitante.**

### **III. DA RESTRIÇÃO À LIVRE COMPETIÇÃO | REDUÇÃO DA COMPETITIVIDADE DO CERTAME**

Conforme preconizado no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de documentos para comprovação de qualificação técnica deve ser pautada pela proporcionalidade e necessidade, com o objetivo de não restringir indevidamente a participação de licitantes no certame.

Neste caso, a exigência de que a empresa licitante possua registro no CREA, quando sua atividade não se enquadra nas funções legalmente atribuídas ao referido conselho, caracteriza um **requisito técnico contraditório e desproporcional**, que não se justifica pela natureza do objeto licitado, voltado a serviços de mobilidade urbana, tecnologia e software.

Tal exigência, além de não possuir respaldo legal, **não agrega nenhum benefício para a execução do serviço pretendido, servindo apenas para restringir a competição e reduzir o número de empresas aptas a participar da licitação, o que certamente resultará em prejuízo ao Erário Público.**

Mantendo-se essa exigência, **a competitividade do processo licitatório será significativamente comprometida, afastando diversas empresas capacitadas e prejudicando a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.**

Ao exigir algo que, por sua própria natureza, não é possível de ser atendido pelas empresas do ramo de tecnologia e mobilidade urbana, o certame corre o risco de se tornar inviável, tornando-se evidente que a exigência é desproporcional e contraditória.

É inquestionável que a exigência de registro da empresa no CREA limita a liberdade de concorrência e prejudica a finalidade do processo licitatório, que é garantir a seleção da proposta mais vantajosa. Ao restringir a participação de empresas capacitadas e que poderiam atender plenamente às necessidades da Administração, o edital acaba por violar o princípio da competitividade, estabelecido no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

Admitir essa exigência tornaria a competição praticamente inviável, dado que poucas empresas estariam em condições de atendê-la. Essa restrição, portanto, não só compromete o processo licitatório, mas também impede que a Administração tenha acesso a um leque mais amplo de fornecedores qualificados, que poderiam fornecer a solução desejada com maior eficiência e custo-benefício.

Portanto, a exigência de registro no CREA da empresa licitante configura-se como uma condição ilegal, pois direciona o certame a um número restrito de empresas, quando há inúmeras outras no mercado, nacionalmente reconhecidas e plenamente aptas a prestar os serviços demandados.

#### IV. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, respeitosamente requer-se:

- a. O acolhimento da presente impugnação, nos termos do art. 41, §2º da Lei nº 14.133/2021;
- b. A alteração do item 19.10 do edital, para que a exigência de registro no CREA ou CAU **recaia exclusivamente sobre o Responsável Técnico indicado pela licitante, e não sobre a empresa;**
- c. A adequação do item 19.11, caso mantido, para referir-se ao visto profissional do responsável técnico, e não da pessoa jurídica;
- d. Caso já tenham sido publicados os esclarecimentos ou vencido o prazo de impugnação, que a autoridade superior examine de ofício a ilegalidade apontada, conforme permite a legislação e jurisprudência administrativa.
- e. Por fim, requer-se a publicação da resposta à presente impugnação e, se for o caso, a readequação do edital e a prorrogação dos prazos, para assegurar a ampla participação e a legalidade do procedimento.

Belo Horizonte/MG, 05 de maio de 2025.

---

**MOBITT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA.**





# **TERMO DE AUTUAÇÃO**

## **PROTOCOLO DO PROCESSO**

### **015892/2025**

**Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:**  
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 060c7af0-c12e-4f4e-904d-e11024269d80

<b>AUTUADO EM</b>	<b>Terça-feira, 6 de Maio de 2025</b>
<b>LOCAL DA AUTUAÇÃO</b>	<b>LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO I</b>
<b>AUTUADO POR</b>	<b>CINTIA MAYER BRITO</b>
<b>INTERESSADO (S)</b>	
<b>MOBITT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA</b>	

#### **RESUMO**

*IMPUGNAÇÃO DE EDITAL - PE 90.041/2025*  
*PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 22.829/2023*  
*EMPRESA IMPUGNANTE: MOBITT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA*  
*CNPJ: 00.415.375/0001-12*

**DATA:06/05/2025**

